

**Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas
Educativas de Inclusão no Brasil**

*Systematic Review on the Scientific Production on Inclusive School and Educational
Inclusion Policies in Brazil*

Lícia Pimentel Marconi
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos
Universidade do Oeste Paulista-Unoeste
Presidente Prudente-Brasil
Maria Luisa Furlan Costa
Universidade Estadual de Maringá-UEM
Maringá-Brasil

Resumo

Trata-se de uma revisão sistemática das produções científicas brasileiras sobre Educação Inclusiva e Política Educacional de Inclusão nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e SciELO. Os critérios para a busca e seleção utilizados foram: recorte temporal, descritores e parâmetros específicos para a categorização das pesquisas. Foram encontradas 477 publicações das quais, 77 foram analisadas. No tratamento e metanálise dos dados observou-se a predominância de procedimentos de abordagem qualitativa, entrevistas semiestruturadas e grupos focais, estudos em maioria realizados nas instituições de ensino superior da Região Sudeste e aplicabilidade maior no ensino fundamental. Nenhum estudo buscou confrontar os dispositivos legais à sua efetividade na prática, evidenciando a necessidade de pesquisas nesse sentido.

Palavras-chave: Revisão Sistemática; Educação Inclusiva; Política Educacional de Inclusão.

Abstract

This is a systematic review of the Brazilian scientific production on Inclusive Education and Educational Inclusion Policies in the databases 'Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações' of CAPES and SciELO. The search and selection criteria used were: time frame, descriptors, and specific parameters for the categorization of the research. A total of 477 publications was found, of which 77 were analyzed. The treatment and meta-analysis of the data showed a predominance of procedures with a qualitative approach, semi-structured interviews and focus groups, investigations mostly carried out in higher education institutions in the Southeast Region, and a greater applicability in elementary education. No study aimed to compare the legal provisions to their effectiveness in practice, highlighting the need for further research on this issue.

Keywords: Inclusive Education; Inclusion Educational Policy; Scientific Production.

Introdução

Este artigo é oriundo de dissertação defendida no ano de 2020, cuja temática central é a Política Educacional Brasileira de Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência e os seus desdobramentos no contexto da educação básica.

A educação inclusiva é uma realidade inafastável no contexto mundial, ainda que, aparentemente apenas por força dos diplomas legais brasileiros, tenhamos que observar que as escolas ainda estão em processo de recebimento e integração daqueles que, por séculos, viram-se segregados da sociedade (MARCONI, 2020).

A inclusão escolar é fruto de uma longa e histórica trajetória social, tanto em âmbito nacional quanto internacional, e nota-se que os diplomas legais, em alguma medida, são capazes de legitimar os direitos conquistados e, muitas vezes, face ao perfil coercitivo, impor as previsões ali dispostas.

Considerando a realidade brasileira, sob a perspectiva da inclusão, o que se tem como base de todo o estudo sobre esse tema são os diplomas legais indispensáveis, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996, o Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 e, por fim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

A análise pormenorizada dessa produção legislativa evidencia que a educação no Brasil é um direito, inafastável, de todos os cidadãos, sendo que, hoje, esse direito passa necessariamente pela inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Schlünzen, Rinaldi e Santos (2011) afirmam que a educação inclusiva é concebida como prática necessária à existência e manutenção das sociedades, na medida em que organiza a transmissão das culturas, garantindo assim sua continuidade para todos, sem distinção. As autoras salientam que os movimentos internacionais, primeiro de integração escolar, e posteriormente de inclusão escolar do estudante com deficiência, fortalecidos a

partir da década de 1990, influenciaram a estruturação de políticas educacionais de Educação Inclusiva em vários países, como o Brasil.

O caminho percorrido não só foi longo, como também acidentado, segundo Sasaki (1999). O autor explica que a perspectiva atual de inclusão atravessou quatro fases no Brasil: exclusão, segregação, integração e inclusão. A exclusão, anterior ao século XX, foi a fase em que as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes de aprender algo, e por isso, não recebiam nenhum tipo de atendimento educacional.

Desse período em que a pessoa com deficiência era marginalizada ou considerada incapaz, sem qualquer direito ou atenção, inclusive sem qualquer valor para a sociedade, evolui-se para uma segunda fase, que se caracteriza por um período de segregação, quando, apesar de já excluídas, as pessoas com deficiência passaram a ser acolhidas por instituições filantrópicas ou de cunho religioso e consideradas como capazes de aprender algo, desde que, de maneira específica (NASCIMENTO, 2018).

A segregação teve início nos anos de 1950, quando no período da Ditadura Militar, instituições de caráter filantrópico, devocional ou outros fins, passaram a oferecer uma educação específica, portanto, especial, para pessoas com determinadas deficiências, a exemplo disso, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Essa fase traz o surgimento da Educação Especial, realizada em escolas especiais e, posteriormente, em salas especiais de escolas regulares. Nas palavras de Schlünzen, Rinaldi e Santos (2011, p. 150), as escolas especiais tinham o mesmo objetivo da escola comum: “formar o cidadão para a vida em sociedade e no trabalho” e que “ofereciam ensino para quem sequer o tinha como direito”.

A integração teve início em meados da década de 1970, quando da publicação do dispositivo legal Lei nº 5.692/71, entende-se que as escolas para pessoas ditas “normais” poderiam aceitar pessoas com deficiências, desde que essas tivessem condições de integrar-se à sua dinâmica, não cabendo nenhuma alteração nesse sentido.

O entendimento era de que a pessoa com deficiência também era capaz de aprender normalmente, além de frequentar o mesmo espaço que as outras pessoas, caracterizando-se pela inserção, nas escolas comuns, de salas com claro sinal de que o aluno é quem deveria se adaptar à escola.

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

Segundo Sasaki (1999), em decorrência do ano Internacional das Pessoas com Deficiência, em 1981, o mundo despertou para uma compreensão no sentido de que, para que as pessoas com deficiência participassem efetivamente, com plenitude e igualdade de oportunidades, caberia à sociedade adaptar-se às pessoas com deficiência, o que deu origem a um novo período, que é o da inclusão.

Essa nova fase, nos meados da década de 1980, ainda deveria atravessar um longo tempo de muitas discussões, até vir a se firmar como um direito adquirido. Período de intensas discussões legislativas, normativas, diretrizes no intuito de criar políticas públicas garantidoras da inclusão em todos os setores da sociedade. O marco principal, no Brasil, é a publicação da Constituição Federal de 1988 e a mudança filosófica de que é a escola que deve adaptar-se para incluir todo e qualquer estudante.

Em reforço ao entendimento supra e à consolidação do significado de educação inclusiva, leciona Mantoan (2003, p. 1) que inclusão é não deixar ninguém de fora do convívio escolar e que o sistema escolar precisa se ajustar às particularidades dos alunos.

Nesse espectro, constata-se que a Educação Inclusiva ocupa uma posição de importância no cenário nacional desde a década de 1990, buscando até hoje o devido reconhecimento social. Além disso, o arcabouço legal vem sempre amparando essa conquista, buscando mecanismos para garantir às pessoas com deficiência o direito de permanência na escola regular e em condições de igualdade com todos.

Diante desses pressupostos, buscou-se realizar uma revisão sistemática quanto as produções científicas nacionais relacionadas à Educação Inclusiva e Política Educacional de Inclusão, como base para a investigação sobre a efetividade da política educacional de inclusão a partir da legislação pátria. Para tanto, foram realizadas buscas das publicações relacionadas ao tema, adotando como recorte temporal o período entre 2007 a 2019, nas bases de dados CAPES, BDTD e SciELO, cujo método será pormenorizado a seguir.

Método

Trata-se de uma revisão sistemática das produções científicas brasileiras, a partir de acesso e consulta em bases de dados digitais, buscando compreender como se encontra o estado atual de conhecimento sobre o assunto em questão, por um lado como forma de levantar as principais discussões até o momento, e também identificar eventuais vazios referenciais pertinente ao tema.

Com o intuito de identificar a efetividade das previsões legais referentes à legislação inclusiva, o levantamento foi efetuado no período de junho a setembro de 2019, selecionando apenas as publicações com acesso, via internet, ao texto completo, revisado pelos pares, de forma a contemplar uma análise de artigos em revistas científicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado, em três bases de dados nacionais, sendo estas: portal Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Considerou-se como recorte temporal o período de 2007 a 2019, sendo o início o marco da publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, cuja proposta é operacionalizar elementos para a fusão entre Educação Especial e Educação Inclusiva no contexto escolar, por meio do Atendimento Educacional Especializado. Além da publicação da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, aos 30 de março de 2007. (BRASIL, 2007a).

Após discussões sobre o projeto de pesquisa de mestrado que originou este artigo, no âmbito de um grupo de pesquisa em uma universidade privada do interior do Estado de São Paulo, adotaram-se como descritores de busca das publicações os termos “escola inclusiva”, “política educacional de inclusão” e “lei brasileira de inclusão”.

Referente aos critérios de seleção, considerou-se, ainda, que seriam selecionadas publicações escritas somente em português, com acesso aberto ao texto completo e revisado por pares.

Após a definição dos critérios de elegibilidade e acesso às bases de dados, o material foi baixado e organizado em pastas, por ano de publicação, e posteriormente minuciosamente lido e analisado com base na pertinência, ou não, relacionada ao tema escola inclusiva/política educacional de inclusão e lei brasileira de inclusão, excluindo-se aquelas que se afastassem desses descritores.

Inicialmente, foi contabilizado o número de publicações sobre um aspecto geral que mencionasse um dos descritores, sendo que após leitura de cada resumo, verificou-se a pertinência de quais seriam mantidos no universo da análise. O número de publicações levantadas nessa etapa foi de 477.

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

Desse universo, após a leitura, constatou-se que 77 guardavam pertinência temática, adotando-se esse universo de publicações como objeto de estudo, após minuciosa leitura e análise de cada uma delas, buscando-se identificar parâmetros ou dados que pudessem, de alguma forma, ser relacionados ou fundamentassem o tema.

Para tanto, foram atribuídos 10 parâmetros para efeito de classificação das principais características dessas publicações. Os parâmetros adotados foram:

- I - Nível de ensino: fundamental, médio ou superior.
- II - Abordagem metodológica: qualitativa, quantitativa ou mista.
- III - Tipo de estudo: empírico ou teórico.
- IV - Objetivo: avaliação, intervenção, investigação, pesquisa-ação.
- V - Período de publicação: 2007/2012, 2013/2018 e 2019.
- VI - Tipo de publicação: artigo, dissertação ou tese.
- VII - Região objeto do estudo: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
- VIII - Região de desenvolvimento e defesa da pesquisa: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
- IX – Instrumento: roteiro, questionário, entrevista, grupo focal, documentos, diário de campo.
- X - Participantes envolvidos: alunos, docentes, gestores.

A partir da leitura e das observações dos parâmetros, esses foram destacados para efeito de comporem a caracterização geral das publicações.

Optou-se por uma análise manual, sem a utilização de software e baseada em categorização por leitura flutuante.

Resultados e discussão

Visando apresentar de maneira visual os resultados e a discussão, apresentamos um fluxograma (Quadro 1) com a síntese das informações sobre o número total de trabalhos encontrados na busca inicial versus o número após seleção e leitura prévia.

Quadro 1 - Fluxograma do processo de busca das publicações por bases de dados

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS				
FLUXOGRAMA - Processo de busca - Bases de dados				
Total de produções encontradas		Produções excluídas após análise	Produções selecionadas	
Base de dados				
CAPES	179		CAPES	21 artigos
SciELO	28		SciELO	11 artigos
BDTD	270		BDTD	45 (16 dissertações / 29 teses)
TOTAL DE PRODUÇÕES	477	400	TOTAL SELECIONADAS	77

Fonte: A autora (2019).

Conforme consta no fluxograma, inicialmente foram encontradas 477 publicações, considerando as buscas dos descritores adotados, entre artigos, teses e dissertações, sendo 179 na base de dados da CAPES, 28 na SciELO e 270 na BDTD, com busca de publicações somente no idioma português, adstrito ao Brasil, com recorte temporal entre 2007/2019.

Procedida a uma leitura preliminar desses 477 textos e com a aplicação do critério de exclusão para aqueles que, mediante a leitura dos resumos, não guardavam pertinência à temática da pesquisa de mestrado, foram selecionadas e analisadas em maior profundidade 77 publicações, e sobre essas publicações foram aplicados os 10 parâmetros anteriormente informados.

Considerando a aplicação dos 10 parâmetros para análise dos 77 textos, organizamos as informações a partir do resumo do que foi observado, conforme pode-se identificar na Tabela 1:

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

Tabela 1 – Dados sobre as produções científicas selecionadas

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS PUBLICAÇÕES							
PARÂMETROS		Nº	%	PARÂMETROS		Nº	%
NÍVEL DE ENSINO OBJETO DO ESTUDO				INSTRUMENTO UTILIZADO			
Fundamental		45	58,40	Questionário		7	9
Médio		10	12,90	Roteiro		3	3,8
Superior		4	5,10	Entrevista semiestruturada		16	20,7
ABORDAGEM METODOLÓGICA UTILIZADA				Grupos focais		8	10,3
Qualitativa		62	80,5	Análise documental		41	53,2
Quantitativa		15	19,4	Diário de campo		2	2,59
TIPO DE ESTUDO				SUJEITOS DA PESQUISA			
Empírico		22	28,7	Estudantes/deficientes		25	32,4
Teórico		55	71,4	Docentes		35	45,4
OBJETIVO				Gestores		17	22
Avaliação		2	2,5				
Intervenção		5	6,4				
Pesquisa-Ação		68	88,3				
Investigação		2	2,5				
PERÍODO DE PUBLICAÇÃO							
2007/2012		38	49,3				
2012/2018		21	27,2				
2019		18	23,7				
TIPO DE PUBLICAÇÃO							
Artigo		11	14,2				
Dissertação		17	22				
Tese		29	37,6				
REGIÃO DE ESTUDO				REGIÃO DE DEFESA			
Norte		2	2,5	Norte		8	10,3
Nordeste		2	2,5	Nordeste		8	10,3
Sul		4	5,1	Sul		9	11,6
Sudeste		2	2,5	Sudeste		43	55,8
Centro-Oeste		11	14,2	Centro-Oeste		9	11,6

Fonte: Dados dos autores (2020).

Tendo em vista as indicações apresentadas, buscou-se maior compreensão a cada um dos 10 parâmetros, em que trazemos as seguintes análises:

I – Quanto ao nível de ensino: a maioria das produções dedica-se ao ensino fundamental (58,4%) e, muito embora passível de controvérsia, o que se pode observar é que os estudos referentes à escola inclusiva se concentram principalmente na fase inicial de escolarização.

Podemos citar, como exemplo, a pesquisa realizada por Calheiros (2019) cujo objetivo da pesquisa consistiu em analisar o processo de desenvolvimento, implementação, possibilidades e limites dos serviços de uma rede de apoio à inclusão escolar para estudantes com paralisia cerebral na educação infantil e no ensino fundamental.

II e III– Quanto à abordagem metodológica e tipo de estudo: tem-se que 71,2% é do tipo teórico, sendo que quanto à metodologia, a abordagem qualitativa (III) aparece como maior opção na produção científica com 80,5% do universo analisado.

A pesquisa de Gomes (2007), por exemplo, buscou analisar as representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da educação inclusiva, utilizando como abordagem epistemológica a pesquisa qualitativa, que conforme a autora, revelou-se essencial para o desenvolvimento do trabalho oferecendo de forma satisfatória as exigências quanto ao estudo da subjetividade como parte constitutiva do indivíduo e diferentes formas de organização social.

IV – Quanto aos objetivos dos estudos: destaca-se a pesquisa-ação (88,3%) em relação à intervenção, investigação e avaliação.

Como exemplo, mencionamos novamente a pesquisa realizada por Calheiros (2019), em sua Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, cujo estudo sobre a Rede de Apoio à Escolarização Inclusiva na Educação Básica remete à opção pela pesquisa-ação por seu foco na ação coletiva em busca da resolução de problemas, presumindo por uma intervenção participativa na realidade social.

V – Quanto ao período de publicação: adota-se a divisão de 5 em 5 anos, a partir de 2007 a 2012, 2013 a 2018, sendo o último ano, 2019, individualizado. Observa-se uma concentração maior no período inicial, 2007/2012 (49,3%) e depois uma redução, sendo que o último ano desta pesquisa, 2019, antes do seu término, detém um número proporcionalmente maior que os outros na ordem de 23,7%.

A concentração maior de publicações no primeiro período do recorte temporal adotado para o presente estudo encontra-se em consonância com a intensidade de documentos internacionais, leis e diretrizes nacionais que passaram a versar sobre Educação Inclusiva a partir da década de 1990.

O levantamento realizado identificou, como exemplo, Silva (2008) cuja pesquisa teve como propósito analisar as atitudes sociais dos professores de escolas comuns, juntamente com suas habilidades sociais frente à inclusão.

Assim também a pesquisa desenvolvida por Vizim (2009) que, na trilha dos diplomas internacionais, procede uma análise sobre as Políticas Públicas de Inclusão no município de

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

Diadema com destaque às ações implantadas nas gestões que abrangem os períodos de 1993 à 2004.

No mesmo sentido, o estudo realizado por Tezani (2008) tem como tema a análise dos saberes que envolvem a prática pedagógica e administrativa de gestores escolares que atuam com a proposta de construção de um sistema municipal de educação inclusiva enquanto política pública educacional.

VI – Com relação ao tipo de publicação: se artigos, dissertações ou teses, observa-se uma distribuição relativamente proporcional com predomínio da produção de teses (37,6%) em face de artigos (14,2%) e dissertações (22,0%).

As teses encontram-se em maior número no material selecionado e apresentam como tema comum a análise das políticas públicas educacionais, ou prática administrativa ou pedagógica dos gestores e a trajetória da gestão escolar diante da proposta de educação inclusiva. Como exemplo, a tese de Souza (2017) se debruça no cenário das políticas de Educação Especial e Inclusão Escolar problematizando o processo de implementação em uma microrregião do estado de Goiás, com o objetivo de contextualizar os processos históricos-sociais, político-econômicos empreendidos nas políticas reformistas da Educação Básica na perspectiva da educação inclusiva.

VII – Quanto à região referente à área territorial objeto do estudo: independentemente de onde o estudo é desenvolvido, o panorama é de uma distribuição linear entre as cinco regiões geográficas brasileiras, sendo N (2,5%), NE (2,5%), Sul (5,1%), SE (2,5%) e surpreendentemente, Centro-Oeste (14,2%).

Foram relevantes as análises realizadas em estudos concentrados na região Centro-Oeste do país, como é o caso da tese de Souza (2017), mencionada anteriormente, cujo objeto de estudo foram as salas de recursos multifuncionais em Catalão/GO.

Destaca-se, ainda, o estudo desenvolvido por Boaventura (2008) em que a autora se debruça sobre a Gestão Escolar na perspectiva das suas implicações para os gestores escolares em duas escolas estaduais do Município de Tupã, no interior de São Paulo.

VIII – Quanto à região de produção da pesquisa: tem-se que a região Sudeste concentra o maior índice, de 55,8% de trabalhos defendidos por instituições locais, contra Norte (10,3), Nordeste (10,3), Sul (11,6%) e Centro-Oeste (11,6%).

Nessas instituições da região Sudeste, as pesquisas selecionadas pelo estudo encontram-se, quanto à Instituição onde foi desenvolvida, em maior concentração na região

Sudeste em relação às outras regiões do Brasil reservando-se, mais especificamente, ao Estado de São Paulo o maior volume de produção.

Corroborando a informação, apresentam-se neste rol, exemplificadamente, as pesquisas desenvolvidas na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente: Santos (2011) com o estudo sobre a Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência; de mesma autoria Santos (2015) com a Abordagem CCS na formação de professores para uma escola inclusiva. No mesmo campus segue Souza (2010) com a pesquisa sobre Inclusão na Perspectiva da Organização Pedagógica de Escolas Públicas e Privadas.

Na mesma instituição (UNESP), campus de Franca, Lourenço (2019) com o tema políticas para educação Inclusiva no Município de Campinas: o que dizem as legislações nacionais e municipais.

E ainda na UNESP, no campus de Araraquara, a pesquisa desenvolvida por Rocha (2007) intitulada o Estudo sobre a Implantação do “Projeto Escola Inclusiva” em uma Escola de Ensino Fundamental do Interior de Góias.

Em reforço ao parâmetro analisado, os trabalhos desenvolvidos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – tais como Andrade (2015) com o tema sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas da rede Municipal de Teresina, Piauí, no olhar de Professores, bem como Salgado (2018), pela mesma Instituição, com o tema Necessidades Formativas de Professores de Educação Básica Especial, diversidade e Inclusão: interlocuções e desafios.

Nessa mesma esteira de análise, trabalhos que alicerçaram o presente estudo, também com desenvolvimento em instituições de pesquisa no estado de São Paulo, tais como o desenvolvido por Santos (2011) com o tema Gestão Escolar para uma escola inclusiva: conquistas e desafios; Boaventura (2008) com A Gestão Escolar na Perspectiva da Inclusão (2008) e Nascimento (2018) com o tema Educação Especial e Instituição Educacional especializada: historia e políticas públicas, todos esses pela Universidade do Oeste Paulista – Unoeste – Presidente Prudente/SP.

IX – Quanto aos instrumentos adotados: tem-se que o maior índice registrado na amostra de produção é para a análise de documentos (53,2%), seguido da entrevista semi-

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

estruturada (20,7%), grupo focal (10,3%) e demais, questionário, roteiro, diário de campo, todos abaixo de 9%.

A pesquisa de Queiroz (2019), por exemplo, embora tendo utilizado como instrumento nas entrevistas um questionário semiestruturado produzido no *Software Sphinx Lexica*, se valeu inicialmente de um levantamento documental de âmbito federal e municipal e suas regulamentações o que possibilitou a conclusão de que “a estrutura educacional da Secretaria Municipal de Educação, embora tenha alguns avanços, precisa de melhorias para que possa atender à legislação vigente, principalmente no que tange à formação de professores para atuar no AEE”.

Assim também segue o estudo realizado por Martins (2014), em seu doutoramento em Psicologia da Educação ao realizar uma análise da Legislação de Educação Especial e a Instituição de Escolas Inclusivas partindo de uma vasta análise documental da legislação Educacional que versa sobre a estruturação da educação especial na perspectiva inclusiva objetivando identificar indicadores de estruturação e organização do sistema inclusivo dispostos nas normas, em especial a PNEE/2008, o decreto nº 7611/2011 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

X – Quanto ao enfoque da produção científica: finalizando os parâmetros, quanto ao enfoque dado pela produção científica com relação aos participantes, tem-se como mais incidente as produções que analisam a inclusão sob a perspectiva do docente (45%), em relação aos alunos, no caso pessoas com deficiência, (32,4%) e, por fim, os gestores (22%).

Conforme a pesquisa de Thesing (2018), realizada com professores de educação especial atuantes em quatro municípios do Rio Grande do Sul, cujo objetivo foi conhecer os diferentes aspectos da trajetória formativa desses professores e de seus contextos de trabalho profissional a fim de conhecer as crenças docentes sobre os processos inclusivos, as possibilidades e as dificuldades percebidas nesses contextos e as possíveis ações propostas por esses professores para a efetivação da escola inclusiva.

Tal estudo revelou que apesar do sentimento de esperança que move esses professores por soluções para a efetivação de uma escola inclusiva, “mesmo sem toda a estrutura necessária”, a autora chega à conclusão de que os discursos “super-responsabilizam” os docentes para tornar a escola um novo lugar, considerando a escola como um remédio para as doenças sociais.

No mesmo sentido, Gomes (2007) que objetivou explorar as experiências compartilhadas por vinte e cinco profissionais da educação da rede regular de ensino fundamental acerca da inclusão de alunos com necessidades especiais concluiu que “enquanto não forem compreendidas as crenças, os desejos, as frustrações e os afetos dos professores quanto a sua ação profissional, eles não poderão assumir o papel de educar...”, sendo que, nesse sentido, “a instituição escolar continuará reproduzindo o círculo cruel da diferenciação e exclusão dos alunos”.

Considerações finais

Foram apresentados os resultados referentes à análise da produção científica nacional que envolve os temas Escola Inclusiva, Política Educacional de Inclusão e Lei Brasileira de Inclusão, por meio de consultas às bases de dados on-line: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e SciELO, sob o recorte temporal de 2007 a 2019, sendo possível concluir, pelos dados levantados, os seguintes pontos:

Referente ao nível de ensino em que mais incidem as pesquisas e produções científicas brasileiras, os dados apontam a maioria ser no ensino fundamental, sendo que mais da metade das produções analisadas estão concentradas nesse nível, o que pode indicar uma preocupação dos pesquisadores em estudar as questões pertinentes à inclusão desde o início da vida escolar da pessoa com deficiência, de forma a imprimir, por exemplo, novas práticas inclusivas desde o início da sua formação.

Outro aspecto que os dados analisados refletem é que há mudanças na postura adotada pelo Brasil quanto ao paradigma relacionado à inclusão escolar da pessoa com deficiência; todavia, há que se convir que essa mudança de postura repercute nos diferentes níveis escolares.

Com relação aos participantes das pesquisas analisadas, nota-se uma maior concentração com relação ao docente, quanto à prática, recursos pedagógicos utilizados, formação, etc.; isto pode levar à conclusão de que inobstante o estudante seja o público-alvo, necessário se faz desenvolver muitos estudos com relação ao docente que o acompanha e à sua formação inicial e continuada.

Diante desses e de outros aspectos apresentados no artigo, conclui-se que há produção científica de qualidade quanto aos temas no Brasil e pode-se inferir que há uma

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

crescente nessas produções dado o histórico de publicações dos diplomas legais e da necessidade inerente ao contexto, quanto à mudança de paradigma. Conclui-se, ainda, que quanto à efetividade dos dispositivos legais, na prática, as produções científicas ainda estão aquém desse tipo de discussão, referendando a necessidade de que sejam realizadas pesquisas neste sentido.

Referências

ANDRADE, M. S. O atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas da rede Municipal de Teresina, Piauí, no olhar de professores. 2015. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16201/1/Marilia%20Santana%20Andrade.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BOAVENTURA, R. S. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão.** 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/tede/bitstream/tede/760/1/dissertacao%20Roberta.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394 Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 6949/2009.** Regulamenta a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em 10 dez 2019.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência.** Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

BRASIL. Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD. Brasília: MEC/SEDH/CORDE.2007.

CALHEIROS, D. S. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades.** 2019. 205 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11292/calheiros_david_2019.pdf?sequence=4&isallowed=y. Acesso em: 16 mar. 2021.

GOMES, C. ; REY, F. L. G. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 3, set., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n3/v27n3a04.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LOURENÇO, A. A. **Políticas para educação inclusiva no Município de Campinas: o que dizem as legislações nacionais e municipais.** 2019. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181368>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, L. P. **Proposições da Política Educacional de Inclusão para a Efetividade da Escola Inclusiva: estudos de casos.** 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2020.

MARTINS, T. G. **A legislação de educação especial e a instituição de escolas inclusivas: uma análise a partir do conceito de metacontingência.** 2014. 100 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16124/1/Tania%20Goncalves%20Martins.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

NASCIMENTO, E. G. **Educação especial e instituição educacional especializada: história e políticas públicas.** 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2018.

QUEIROZ, J. G. B. A; GUERREIRO, E. M. B. R. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru**, v. 25, n. 2, abr./ jun., 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382019000200233&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 mar. 2021.

ROCHA, L. P. **Estudo sobre a implantação do “projeto escola inclusiva” em uma escola de ensino fundamental do interior de Goiás.** 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90311/rocha_lp_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 mar. 2021.

SALGADO, L. F. G. **Necessidades formativas de professores de educação básica especial, diversidade e inclusão: interlocuções e desafios.** 2018. 166 f. Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/21369#preview-linko>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

SANTOS, R.R.da S. Gestão escolar para uma escola inclusiva: conquistas e desafios/ 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – Presidente Prudente – SP. 2011.

SANTOS, D.A.N. A abordagem CCS na formação de professores para uma escola inclusiva. 2015. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP. 2015.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA.1999.

SCHLÜNZEN, E. T. M; RINALDI, R.; SANTOS, D. A. N. Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência. **Caderno de Formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011. p. 148-160, v. 9.

SILVA, E. G. **O perfil docente para a educação inclusiva**: uma análise das atitudes, habilidades sociais e o Perfil Escolar Inclusivo. 2008. 138 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102241/silva_eg_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 mar. 2021.

SOUZA, D. C. B. **A inclusão na perspectiva da organização pedagógica de escolas públicas e privadas**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92315/souza_dcb_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 mar. 2021.

SOUZA, E. V. A. **Políticas de educação especial e inclusão escolar**: as salas de recursos multifuncionais em Goiás. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7466/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Elizangela%20Vilela%20de%20Almeida%20Souza%20-%202017.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

TEZANI, T. C. R. **Gestão escolar** : a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. 2008. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2207/2291.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mar. 2021.

THESING, M. L. C.; COSTAS, F. A. T. As proposições de uma escola inclusiva na concepção de professores de educação especial: algumas problematizações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.99, n. 252, p. 277-293, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2176-66812018000200277&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 mar. 2021.

VIZIM, M. **Avanços e impasses nas políticas públicas de inclusão: o centro de atenção à inclusão social de Diadema.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24092009-161637/publico/MarliVizim.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Sobre as autoras:

Lícia Pimentel Marconi

Formada em Direito, Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista/UNOESTE, pós graduada em Direito e Processo do Trabalho, docência tutorial em EaD, Compliance Empresarial. Docente em Direito na Universidade do Oeste Paulista/UNOESTE e Cursos preparatórios para Exame da Ordem; atua na advocacia empresarial, contencioso, consultivo e preventivo trabalhista. Foi professora e pesquisadora convidada pelo projeto Africa Setentrional da FAO/ONU em Universidades dos países Africanos de língua portuguesa e inglesa, nas áreas de florística ambiental e anatomia da madeira; atuou no processo de democratização e implantação do sistema eleitoral pós-guerra civil, pelo projeto ONU em Moçambique, Angola e Zimbabwe, docente na Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique em disciplinas relacionadas à primeira formação; formada em Programação Neurolinguística (PNL). <https://orcid.org/0000-0001-8955-8040> E-mail: liciamarconiadv@gmail.com

Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP) em 2003. Mestre e Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/UNESP em 2007-2014. Especialista em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Atuou no primeiro semestre de 2017 na Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), exercendo a função de Assessora Técnico-Acadêmica, Procuradora Institucional, Coordenadora Adjunta no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Coordenadora de Curso de Pós-Graduação. Atualmente é docente da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), Coordenadora dos cursos de Licenciatura em Pedagogia - presencial e EaD - Docente Permanente do PPGE em Educação e Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica (CAPES). É voluntária do programa United Nations Volunteers da ONU, registro nº 1592841 e Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. <https://orcid.org/0000-0002-9178-7325> E-mail: danielle@unoeste.br

Maria Luisa Furlan Costa

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1990), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (1997) e doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Maringá. Professora Associada do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. É professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História e Políticas da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, educação, tecnologias educacionais e ensino superior. Foi Diretora do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual de Maringá no período de 2008 a 2018 e Coordenadora do

Revisão Sistemática sobre a Produção Científica sobre Escola Inclusiva e Políticas Educacionais de Inclusão no Brasil

Programa Universidade Aberta do Brasil no mesmo período. Atuou como presidente do Fórum Nacional de Coordenadores do Programa Universidade Aberta do Brasil no período de 2013 a 2015. É líder do Grupo de Pesquisas em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaDTEC) cadastrado no Diretório do CNPq desde 2010. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE-UEM) na gestão 2020-2022. <https://orcid.org/0000-0002-4286-5892> E-mail: luisafurlancosta@gmail.com

Recebido em: 22/03/2021

Aceito para publicação em: 31/03/2021